

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 05/02/2020	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Bolsonaro desafia governadores e diz que corta impostos sobre combustíveis se estados zerarem ICMS

Por temor de perda de arrecadação, governos pediram ao presidente a redução de tributos federais

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA

Em uma nova escalada da tensão com os governadores, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quarta-feira (5) que aceita baixar os tributos federais sobre combustíveis caso os chefes dos governos estaduais façam o mesmo com o ICMS.

"Eu zero o federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito. Tá ok?", disse Bolsonaro, na saída do Palácio da Alvorada.

O presidente tem protagonizado uma queda de braço com os governadores sobre o preço da gasolina. Bolsonaro se queixa que, mesmo com reduções dos preços nas refinarias, o valor dos combustíveis não tem baixado para os consumidores.

No domingo (2), o mandatário anunciou nas redes sociais um projeto para mudar a cobrança de ICMS sobre os combustíveis. Bolsonaro disse que a proposta deve estabelecer que o ICMS tenha um valor fixo por litro.

Hoje o imposto é uma porcentagem estabelecida por cada estado e pode chegar a 34%.

Além do mais, o imposto estadual é aplicado sobre um valor médio do litro que cada ente federado calcula a partir de uma pesquisa em postos. Como essa sondagem é feita a cada 15 dias, muitas vezes uma redução nas refinarias não se reflete imediatamente para o consumidor.

A ideia de Bolsonaro gerou reação entre os governadores, que temem perda de arrecadação.

Como resposta, os chefes dos governos estaduais pediram ao presidente que ele reduza os tributos federais sobre combustíveis e reveja a política de preços da Petrobras.

Bolsonaro voltou ao tema nesta quarta.

"Olha o problema que eu estou tendo com combustível. Pelo menos a população já começou a ver de quem é a responsabilidade. Não estou brigando com governadores. O que eu quero é que o ICMS seja cobrado no combustível lá na refinaria, e não na bomba. Eu baixei três vezes o combustível nos últimos dias, mas na bomba não baixou nada", disse.

São dois os impostos federais que incidem sobre os combustíveis: o PIS/COFINS e a CIDE, que já está zerada para o diesel.

É improvável que os governadores aceitem o desafio lançado por Bolsonaro. Isso porque o ICMS dos combustíveis é uma das principais fontes de arrecadação desses entes federados, que vivem uma situação de crise fiscal.

Bolsonaro desafia governadores a zerarem imposto sobre combustíveis

"Eu zero o [imposto] federal se eles zerarem o ICMS", provocou o presidente

Por **Matheus Schuch** e **Lu Aiko Otta**, Valor — Brasília

05/02/2020 09h11 · Atualizado há 3 minutos

O presidente **Jair Bolsonaro** desafiou nesta quarta-feira os **governadores** a zerarem a cobrança de **ICMS** sobre os **combustíveis**. Provocado a responder sobre as críticas que recebeu após responsabilizar os Estados pelo preço do produto, ele disse que se compromete em zerar a tributação federal se os governadores fizerem o mesmo.



— Foto: Dado Galdieri/Bloomberg

"Eu zero o [imposto] federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui. Se toparem, eu aceito", provocou, em conversa com jornalistas na saída do Palácio da Alvorada.

O presidente voltou a defender que a responsabilidade sobre o valor dos combustíveis deve ser compartilhada, e que uma das soluções para reduzir o preço final é a cobrança de ICMS nas refinarias.

"Olha o problema que eu estou tendo com combustível. Pelo menos a população já começou a ver de quem é a responsabilidade. Não estou brigando com governadores, o que eu quero é que o ICMS seja cobrado no combustível na refinaria, não na bomba", afirmou. "Eu baixei três vezes o combustível nos últimos dias e na bomba não baixou nada".

Após a fala do presidente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, não deu declarações sobre o assunto. Questionado se o governo federal poderia abrir mão das receitas, Guedes não comentou. Apenas entrou no carro que o levaria ao Palácio do Planalto, onde já tinha agendada uma audiência com Bolsonaro.

Mais cedo, abordado pela imprensa, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, tampouco quis falar sobre a declaração do presidente.

Bolsonaro vem se queixando do peso do ICMS sobre o preço dos combustíveis. A alíquota chega a 30% em alguns Estados. O presidente está impaciente pelo fato de a Petrobras haver promovido corte do preço dos combustíveis na refinaria e não ter ocorrido impacto nas bombas.

Atualmente, o ICMS tem um valor fixo, e não percentual, por litro do combustível vendido estabelecido por cada Estado a partir de uma média do preço em cada unidade da federação calculada pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Os governadores afirmam que o ICMS sobre combustíveis representa em média 20% das receitas dos Estados.

Na última segunda-feira, em documento divulgado pela assessoria de alguns governos estaduais, 23 Estados **responderam aos tuítes postados no final de semana por Bolsonaro sobre cobrança de ICMS nos combustíveis**. Os governadores se disseram interessados em viabilizar a redução de preços dos combustíveis, mas declararam que o assunto precisa ser debatido em “fóruns apropriados”.

Os 23 governadores disseram ainda que não cabe à esfera federal estabelecer tributação sobre consumo e que a União é que deve abrir mão das receitas de PIS, Cofins e Cide provenientes de operações com combustíveis. Segundo os Estados, essas cobranças federais têm impacto de 15% no preço final do combustível ao consumidor. Os quatro Estados que não assinaram a carta foram Acre, Tocantins, Rondônia e Goiás.

Na carta, os 23 governadores afirmaram que os Estados têm autonomia para definir alíquotas de ICMS e que os combustíveis respondem em média por 20% do total da arrecadação do imposto. Os Estados alegaram ainda que o governo federal controla os preços nas refinarias e obtém dividendos com sua participação indireta no mercado de petróleo. Por isso, seria necessário que a União explique e reveja a política de preços praticada pela Petrobras.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.
LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

Sandália anatômica de couro legítimo ideal para quem preza o conforto
COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K



Eu zero o imposto federal se os governadores zerarem o ICMS, diz Bolsonaro sobre combustíveis

Presidente responsabiliza os Estados pelo preço que chega ao consumidor nos postos e quer mudar regra do ICMS; governo federal arrecadou R\$ 27,4 bi em 2019 com Pis/Cofins e Cide sobre combustíveis

Julia Lindner e Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

05 de fevereiro de 2020 | 09h35

BRASÍLIA - O **presidente Jair Bolsonaro** reagiu nesta quarta-feira, 5, a críticas de governadores sobre a intenção do governo de alterar a forma de cobrança de **ICMS** sobre a gasolina e o diesel e voltou a responsabilizar os Estados pela alta do preço nos combustíveis. Em uma provocação, disse que poderia "zerar" tributos federais caso os chefes dos executivos locais também topem acabar com a incidência do imposto estadual.

"Eu zero o (imposto) federal, se zerar **ICMS**. Está feito o desafio aqui. Eu zero o (imposto) federal hoje e eles (governadores) zeram ICMS. Se topar, eu aceito. Está ok?", afirmou Bolsonaro, sem explicar como compensaria a perda de arrecadação que a medida acarretaria.

Em comunicado conjunto divulgado na segunda-feira, 3, **23 governadores reagiram à proposta de Bolsonaro** de encaminhar um projeto ao Congresso que propõe a incidência de um valor fixo de ICMS por litro, e não mais sobre a média de preço cobrado nos postos.

A iniciativa causou grande desconforto nos governadores, já que o ICMS é um tributo dos Estados. Há uma avaliação entre os governadores de que presidente adota uma postura populista ao tentar colocar no colo dos Estados uma responsabilidade dos preços altos para enfraquecê-los nas próximas eleições. Eles avaliam que Bolsonaro deveria trabalhar para reduzir a tributação federal sobre combustíveis.

Ao tratar do assunto nesta quarta-feira, durante entrevista na porta do Palácio da Alvorada, o presidente voltou a reclamar que a redução no preço do combustível nas refinarias não é refletida no valor cobrado nos postos para o consumidor final.

"Pelo menos a população já começou a ver de quem é a responsabilidade. Não estou brigando com governador, eu quero que o ICMS seja cobrado no combustível lá na refinaria, e não na bomba", disse Bolsonaro. "Eu baixei três vezes o combustível nos últimos dias e na bomba não baixou nada."

Questionado sobre a contrariedade de governadores à proposta, Bolsonaro reagiu: "É lógico que governadores são contra (mudar regra de ICMS), arrecadação, né?".

O presidente vem defendendo uma alteração na cobrança do ICMS sobre combustíveis. Segundo ele, o imposto é o responsável pelos altos preços cobrados na bomba ao consumidor e devia ser cobrado nas refinarias, e não no ato da venda no posto de combustível, como ocorre atualmente. De acordo com Bolsonaro, pelo sistema atual, os postos aumentam o preço final para compensar o gasto com o imposto. Os tributos federais que incidem sobre combustíveis são a Cide e o PIS/Cofins.

Impacto para a União seria de R\$ 27 bi

Zerar os tributos incidentes sobre os combustíveis custaria aos cofres do governo federal R\$ 27,4 bilhões em 2019. De acordo com a Receita Federal, o maior tributo federal sobre os combustíveis é a Cofins, cuja arrecadação no ano passado chegou a R\$ 20,229 bilhões, seguido pelo PIS, com R\$ 4,3 bilhões, e a Cide, com R\$ 2,8 bilhões.

Ao deixar na manhã desta quarta o Ministério da Economia para reunião com Bolsonaro, Paulo Guedes não respondeu a perguntas da imprensa sobre a possibilidade de zerar os tributos sobre os combustíveis. Mais cedo ao chegar ao edifício-sede da pasta, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, também não comentou o desafio proposto pelo presidente Bolsonaro.

Desde a crise dos caminhoneiros de maio de 2018, ainda na gestão de Michel Temer, o governo reduziu as alíquotas de PIS/Cofins e da Cide sobre o diesel. No ano passado, essas duas desonerações já custaram ao governo federal R\$ 7,8 bilhões e R\$ 2,8 bilhões, respectivamente.

Crítica de Bolsonaro a ICMS é ‘gota d’água’ para governadores

Acusação do presidente de que estados represam redução de preços de combustíveis se soma a outras insatisfações dos 23 que assinaram carta



Além de uma resposta ao presidente Jair Bolsonaro, a carta divulgada anteontem por governadores sobre a cobrança de ICMS dos combustíveis nos estados foi um recado ao Planalto de que as relações entre governos estaduais e federal estão se desgastando. A atitude de Bolsonaro de culpar os governadores pelos altos preços dos combustíveis foi considerada pelo grupo a gota d’água em meio a outras insatisfações acumuladas em 14 meses de gestão. No domingo, Bolsonaro escreveu em uma rede social que encaminhará ao Congresso um projeto para que o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis, recolhido pelos estados, tenha um valor fixo por litro. Ao divulgar a proposta, o presidente responsabilizou os chefes dos executivos estaduais pelo fato de os preços não bombarem, apesar da redução dos preços nas refinarias da Petrobras em janeiro.

INSATISFAÇÃO CRESCENTE

Somados a esse episódio, ao menos outros três são mencionados por governadores em conversas reservadas ao desfiar queixas sobre Bolsonaro. O mais recente foi o reajuste de quase 13% do piso salarial dos professores no mês passado — o maior registrado em termos

reais desde 2012, o que sobrecarregará ainda mais os cofres estaduais, a maioria deles em crise.

O esvaziamento da reforma da Previdência, empurrando para estados a responsabilidade de fazer seus próprios projetos, é outro foco de reclamação. De forma mais pontual, a demora no combate aos incêndios na Amazônia alterou os ânimos de governadores daquela região como presidente.

Helder Barbalho (MDB), do Pará, foi o primeiro no domingo a pedir aos colegas uma reação rápida à declaração de Bolsonaro. Eles começaram a trocar mensagens em um grupo que mantém no WhatsApp sob um clima de indignação, principalmente pela forma como o presidente tratou o assunto. Alguns viram nessa atitude a intenção de constrangê-los e desgastá-los diante da população.

Uma carta aberta foi divulgada por 23 deles na segunda-feira, argumentando que o debate sobre medidas para reduzir o preço dos combustíveis “deve ser feito nos fóruns institucionais adequados e com os estudos técnicos apropriados”. Uma primeira versão do texto foi elaborada pelo governador de São Paulo, João Doria (PSDB). O texto foi alterado até chegara uma redação de consenso, tendo o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), como responsável pela versão final.

—Causou um grande desconforto, afinal não é usto colocara culpa nosgo vernadores. Se o governo federal quer, de fato, fazer uma redução de combustível, ele pode fazer porque tem controle dos preços nas refinarias, tem participação na Petrobras e tem impostos federais no combustível que não deveriam ali estar —disse Leite ao GLOBO.

O tema foi incluído na pauta do Fórum de Governadores, que terá uma nova reunião na semana que vem. Os governadores argumentam que o ICMS sobre os combustíveis responde por 20% do total da arrecadação do imposto nos estados, sendo a principal fonte de receita em muitos deles. Além disso, 25% do ICMS são repassados aos municípios.

REAJUSTES DIFERENTES

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema(Novo), um dos últimos a aderir ao manifesto, lembra que a situação fiscal dos estados é muito delicada e não contempla redução de impostos sem alternativas:

— Sempre fui favorável à redução de imposto e continuo sendo, mas a condição de muitos estados, incluindo o meu, é dramática. Não dá para fazer isso assim.

Embora gasolina e diesel tenham registrado queda em seus preços nas refinarias ao longo do mês de janeiro, o valor nas bombas só começou a cair de forma tímida na última semana do mês. A gasolina saiu da Petrobras com redução média de 7,32% no mês passado. No posto, só recuou 0,3%, para R\$ 4,580 por litro, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP). O diesel caiu 9,76% em janeiro nas refinarias, mas na bomba só recuou 0,57%, para R\$ 3,778. Dados do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) mostram que, no ano passado, também não houve repasse integral de reajustes dos combustíveis nas refinarias provocados pelo câmbio e pelas variações da cotação internacional do petróleo. A gasolina subiu 26,4% nas refinarias em 2019, mas só teve alta média de 7,28% nos postos. No caso do diesel, enquanto a alta na refinaria a foi de 17,1%, na bomba ficou em 10,2%.

Os governadores sugerem que a União abra mão da receitas de impostos federais que incidem sobre o consumo de combustíveis. Na gasolina, os tributos federais Cide, PIS/Pasep e Cofins representam 15% do preço final. O ICMS responde por quase 29%, em média. No caso do diesel, os impostos federais somam 9%. O ICMS, 15%.

—O ICMS sobre combustíveis é extremamente relevante para todos os estados, que têm forte restrição fiscal. O governo(federal), comas declarações de Paulo Guedes(ministro da Economia), indica a necessidade de fortalecer o federalismo, e essa medida (de rever o ICMS, citada por Bolsonaro) vai na contramão dessa filosofia — disse Luiz Claudio Rodrigues, secretário de Fazenda do Estado do Rio, que atribuiu o aumento dos preços nas bombas em janeiro à maior margem de lucro de distribuidoras e rede de postos.

Veículo: Política Livre	
Data: 05/02/2020	Caderno: Economia



05 de fevereiro de 2020 | 09:04

Bolsonaro promete zerar impostos sobre combustíveis se governadores fizerem o mesmo

O presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido) prometeu, na manhã desta quarta-feira (5), zerar os tributos federais sobre combustíveis se os governadores aceitarem zerar o ICMS.

“Eu zero o federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito”, declarou Bolsonaro.

Nesta terça (4), o governador Rui Costa (PT) sugeriu, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, que o presidente abrisse mão de parte das receitas dos impostos federais como PIS e Cofins, recolhidos sobre o consumo de combustíveis.

Veículo: O Globo	Online
Data: 05/02/2020	Coluna: Economia



Governo deve zerar imposto para caminhão a gás

Objetivo da medida é reduzir custo de aquisição de veículos importados e oferecer aos caminhoneiros alternativa mais em conta que o diesel. Iniciativa faz parte do choque de energia barata proposto pelo ministro da Economia

O governo pretende zerar o Imposto de Importação de caminhões e carretas movidos a gás natural — também conhecido como gás natural veicular (GNV). O objetivo é reduzir o custo de aquisição desses veículos e oferecer uma alternativa de combustível mais barata que o diesel. A decisão será tomada na reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex) marcada para a próxima semana.

Além de ser mais barato que o diesel, o gás natural para os veículos também polui menos. O Ministério da Economia espera que, com a medida, seja possível aumentar a demanda e incentivar novos investimentos nesse tipo de combustível no país, em sintonia com o Novo Mercado de Gás, o “choque de energia barata” com o qual o ministro da pasta, Paulo Guedes, pretende reduzir o preço do insumo no país.

Atualmente, o imposto de 35% dificulta a importação desse tipo de veículo no Brasil. Com o imposto zerado, um caminhão 6x2 (ou seja, que possui seis pontos de apoio e dois eixos com tração) poderia ser adquirido por R\$ 524 mil, preço parecido com os valores cobrados para veículos a diesel. Hoje, esse mesmo veículo não sai por menos de R\$ 683 mil.

O governo já recebeu o compromisso de duas empresas para construir 45 unidades de abastecimento ao longo do que vem sendo chamado de “Corredor Azul”, trechos rodoviários de grande fluxo, entre o Sudeste e o Nordeste do país. A logística da rede de abastecimento rodoviário de gás natural é um dos principais gargalos para o desenvolvimento desse combustível.

A redução de imposto valeria por dois anos, prazo necessário para a construção de uma montadora desse tipo no país, segundo fontes da pasta. Técnicos do Ministério da Economia consideram que é mais adequado permitir logo a entrada de caminhões importados.

A expectativa do governo é que o projeto de introdução de gás natural no transporte rodoviário e urbano no país gere demanda para o escoamento e monetização das reservas de gás e biogás — um tipo de gás produzido por meio da queima do lixo. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço médio do litro de óleo diesel em todo o país foi de R\$ 3,778 na semana passada. Já o preço do gás natural foi de R\$ 3,195, no período.

A potência desse caminhão é muito similar à dos veículos movidos a óleo diesel, mas ele é muito menos barulhento. A autonomia dos caminhões a gás gira em torno de 500 quilômetros, dependendo do modelo.

IMPACTO NO CUSTO DO FRETE

Aumentar o uso de gás natural pode ser uma alternativa para os caminhoneiros, que têm como uma das suas principais demandas a redução do preço do combustível. A alternativa mais barata também pode ser uma saída para reduzir o custo do frete e diminuir os impactos das oscilações do mercado internacional no país, já que boa parte do diesel usado no Brasil é importado, segundo fontes do ministério.

Técnicos estimam que a substituição do diesel pelo gás reduza em cerca de 15% o custo do frete, diferença que pode ficar maior, com a esperada queda no preço do gás natural. Segundo fontes do governo, empresas já demonstraram que têm interesse em usar esses caminhões para frete, em contratos que devem ser formalizados já em março, após a redução do imposto. Segundo os técnicos, para viabilizar os “corredores azuis” e caminhões a gás no país é necessário criar demanda por meio de veículos importados. De acordo com fontes a par das discussões, uma vez que os caminhões sejam aceitos pelo mercado e haja procura firme estabelecida, haveria demanda para a implementação de uma linha de montagem no país, iniciando a produção nacional com preços mais competitivos.

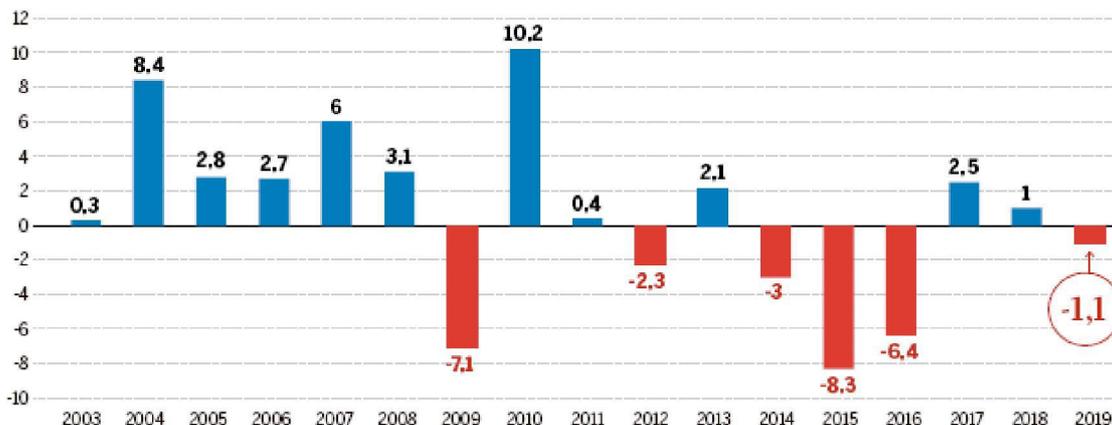
O GLOBO

Indústria fecha ano com queda de 1,1%, pior índice desde 2016

Com Brumadinho e crise argentina, setor cai 1,1%, a maior queda desde 2016

O DESEMPENHO DA PRODUÇÃO

(em %)



Fonte: IBGE

Editoria de Arte

Resultado negativo reflete lenta recuperação da economia do país, crise argentina e queda da barragem de Brumadinho, da Vale.

Depois de ensaiar uma recuperação por dois anos consecutivos, a indústria brasileira fechou 2019 com uma queda de 1,1%, segundo o IBGE. Trata-se do pior resultado desde 2016, quando o setor teve retração de 6,4%. O resultado reflete o impacto da lenta recuperação econômica do país e da crise na Argentina, além do efeito da queda da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), que matou mais de 250 pessoas. A indústria extrativa-mineral desabou 9,7%, o maior recuo desde o início da série histórica, em 2003.

A crise da Argentina teve impacto direto nas exportações, principalmente de automóveis. Com isso, a indústria de transformação fechou o ano com alta de 0,2%, a menor desde 2016, quando a atividade havia recuado 6% em meio à recessão. Na avaliação de especialistas, o desempenho da indústria como um todo ficou abaixo das expectativas, mesmo considerando a ocorrência de fatores não planejados. Das 24 atividades pesquisadas pelo IBGE, 16 tiveram queda no ano, indicando que a retração foi disseminada.

—Para além do efeito negativo do setor extrativo, por causa de Brumadinho, há uma combinação de perdas importantes em diversos outros segmentos, principalmente os identificados com bens intermediários (que servem de insumo a outras indústrias) — diz André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

Desde o quarto trimestre de 2018, a indústria não sai do vermelho. No ano passado, o país voltou ao ritmo de produção de janeiro de 2009.

Ainda assim, para Renata de Mello Franco, economista do Ibre/FGV, os números indicam que há um processo de retomada lenta da indústria brasileira, mas que requer o avanço de reformas para ganhar fôlego. Um dos sinais de alerta é o desempenho dos bens de capital, como máquinas e equipamentos, que fecharam o ano com queda de 0,4%. Em dezembro, a retração chegou a 5,9% na comparação com igual mês de 2018.

— Isso evidencia que estamos num processo de retomada lenta e gradual. O investimento ainda está reprimido e não observamos em 2019 uma melhora de bens de capital, o que é preocupante para 2020. Mostra que está difícil a indústria se recuperar sem estímulos, como uma reforma tributária — avalia.

O resultado de 2019 só não foi pior em razão da liberação de mais de R\$ 40 bilhões em recursos do FGTS. Isso impulsionou a compra de bens de linha branca, como geladeiras. Com a injeção de recursos, os bens de consumo duráveis (móveis e eletrodomésticos) fecharam com alta de 2%, e os não duráveis, como alimentos, com avanço de 0,9%.

— O FGTS foi um evento importante para uma melhora da indústria no segundo semestre. É bem provável que tivéssemos uma queda maior no ano(se mele)— ressalta Ricardo Jaco mas si, economista e sócio da TCP Partners.

O encolhimento da indústria no ano passado foi acompanhado de queda no faturamento. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve recuo de 0,8% em tudo que o setor conseguiu faturar. Houve retração em horas trabalhadas, emprego, massa salarial real e rendimento médio. Essa combinação de sinais negativos tem impacto na economia, pois a indústria tradicionalmente oferece melhores salários.

CENÁRIO EXTERNO INCERTO

A utilização da capacidade instalada, ou seja, o nível de uso do parque fabril, ficou em 77,7% em dezembro, indicando possível limitação de novos investimentos no futuro.

—A indústria enfrenta dificuldades para manter um ritmo mais forte e sem interrupções de retomada da atividade — destaca Marcelo Azevedo, economista da CNI.

Para este ano, porém, a avaliação dos economistas é que há possibilidade de melhora. Isso porque, com a retração de 0,7% do setor em dezembro, na comparação com novembro, a queda da indústria no último trimestre foi menor que a esperada pelo mercado.

—É provável que a indústria feche o ano com alta de 2,9%, mas será uma recuperação mais pelo mercado doméstico do que pelo cenário externo, em um ano sem recursos do FGTS e com redução do desemprego — diz Jacomassi.

No entanto, para Renata, é preciso que o cenário externo fique mais favorável:

—O consumo interno é suficiente para a indústria andar de lado, mas, para crescer mais, precisamos do mercado externo. E ainda há o coronavírus, não sabemos o impacto.

Veículo: O Globo	Online
Data: 05/02/2020	Coluna: Economia



Tombo do setor em 2019 é má notícia para o PIB de 2020

A retração da indústria no ano passado, em especial os tombos de novembro e dezembro, é má notícia para quem aposta em crescimento mais forte da economia brasileira em 2020. A freada no fim do ano foi muito mais severa do que analistas esperavam. Isso faz com que o ritmo de atividade nas fábricas, nestes meses de janeiro e fevereiro, seja bem mais lento do que se projetava. O resultado da lentidão é um só: frustração com o desempenho do setor no primeiro trimestre.

Não é de hoje que os dados da indústria nacional apontam para um cenário desolador. Pelas contas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), entre 2011 e 2019, o setor amargou uma perda de 15%. Ao longo desses nove anos, quando a indústria cresceu, o avanço foi pequeno, bem pequeno.

Alberto Ramos, economista-chefe para América Latina do banco Goldman Sachs, mostrou ontem em relatório que a produção das fábricas brasileiras neste momento está 18% abaixo do pico registrado em maio de 2011. De maneira geral, a produção hoje está no mesmo patamar de 2004.

O desastre provocado pela Vale em Brumadinho (MG), no início do ano passado, contribuiu para afundar o desempenho da indústria extrativa em 2019.

Mas a desaceleração da produção industrial no fim do ano passado não foi localizada. E é exatamente por isso que a perspectiva para o desempenho do setor ao longo dos próximos meses sofreu um baque.

Indústria fraca, incerteza sobre o apetite chinês e reformas complexas que precisam ser aprovadas num Congresso em ano de eleições são a receita certa para animar desconfiados. As sementes estão plantadas para um novo ciclo de reestimativas sobre o crescimento do país.

Veículo: O Globo	Online
Data: 05/02/2020	Coluna: Economia



Bancos já reveem projeção para PIB brasileiro

UBS reduz de 2,5% para 2,1% crescimento deste ano. Analistas estimam que epidemia do coronavírus deve afetar economia devido ao peso da China nas exportações e nos preços das 'commodities'

Com o avanço da epidemia do coronavírus, os bancos já começaram a rever suas projeções para a economia brasileira em 2020. O UBS reduziu sua estimativa de crescimento de 2,5% para 2,1%, ressaltando que a China é o maior parceiro comercial do Brasil e influencia o preço das principais commodities brasileiras nos mercados globais.

Andres Abadia, economista-sênior para área Internacional da gestora Pantheon, reduziu sua previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano de 2,2% para 2,1%. Ele avalia que o vírus pode prejudicar o crescimento do PIB no 1º trimestre, mas será necessário ver os indicadores de fevereiro para traçar um cenário claro.

Já o BNP Paribas afirmou, em relatório a clientes, ver risco maior de o PIB brasileiro não crescer 2%, como estimava. Segundo o economista chefe, Gustavo Arruda, que assina o documento, a projeção agora tem viés de baixa, em razão do possível impacto do coronavírus na atividade econômica brasileira.

Arruda aponta que os setores de agricultura e de agroindústria devem sofrer mais, pois “temos um canal direto, via preços de commodities, afetando a margem do setor e da cadeia como um todo”.

VIÉS DE BAIXA

Estimando crescimento de 2% este ano, Igor Lima, gestor da Galt Capital, resalta que nesse percentual já está embutida expectativa de que a economia vai acelerar ao longo do ano. Caso isso não se comprove, ressaltou, até os 2% podem estar em risco.

Alberto Ramos, economista-chefe para América Latina do Goldman Sachs, não alterou sua estimativa, de expansão de 2,3% este ano, mas resalta que esta tinha “um viés para cima, que hoje não existe”. Ele resalta que ainda não se sabe a intensidade do efeito do vírus na economia chinesa.

Outro que ainda não reviu sua previsão, mas pode fazê-lo, é David Cohen, sócio-gestor da Paineiras Investimentos:

— Ainda não revisamos a nossa projeção, mas certamente estamos com viés de baixa, em vista dos números divulgados recentemente abaixo do esperado e como coronavírus sendo mais um fator exógeno que irá gerar impacto negativo para nossas exportações esse trimestre.

Justiça impede exclusão de empresas em recuperação de parcelamentos

Decisão beneficia Grupo Moreno, que deixou de cumprir regras de programas federais

Por Joice Bacele — De Brasília

05/02/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Advogada Anna Flávia de Azevedo Izelli Greco: exclusão dos parcelamentos faria a dívida crescer e tornaria o processo de recuperação inviável — Foto: Divulgação

A Justiça de São Paulo atendeu pedido de um grupo de empresas em recuperação para que, mesmo inadimplente, não pudesse ser excluído pela União de programas especiais para o pagamento de dívidas tributárias. O entendimento contraria o que consta nas regras dos parcelamentos.

A decisão envolve o Grupo Moreno, um dos mais tradicionais do setor sucroalcooleiro. O conglomerado entrou em processo de recuperação judicial há cerca de quatro meses, com R\$ 2 bilhões em dívidas - sendo R\$ 1,5 bilhão pertencentes a credores sujeitos ao processo de recuperação.



Se excluído dos dois parcelamentos especiais dos quais faz parte, mais R\$ 230 milhões fariam volume à dívida total. Esse valor foi contabilizado pelo grupo levando em conta o fato de que a exclusão o faria perder os descontos e amortizações com o uso de prejuízo fiscal e créditos tributários permitidos por meio dos programas da União.

As empresas do Grupo Moreno aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), uma espécie de Refis, oferecido pelo governo federal em 2017, e ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), de 2018, voltado para débitos referentes ao Funrural.

Consta nas leis que instituíram esses dois parcelamentos, de forma expressa, que o contribuinte, ao aderir aos programas, regularizava a dívida passada e se comprometia em manter os pagamentos em dia e também a regularidade fiscal no período futuro. Ele não poderia, então, criar novas dívidas - sob pena de ser excluído dos programas e perder os benefícios que haviam sido concedidos.

O Pert, por exemplo, instituído por meio da Lei nº 13.496, permitia que tanto empresas como pessoas físicas parcelassem as suas dívidas em até 120 vezes ou pagassem 20% do total, sem desconto e em cinco parcelas sucessivas, e o restante com créditos de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa de CSLL e outros créditos tributários.

Já o PRR, criado pela Lei nº 13.606, oferecia descontos em juros e multas e permitia ao contribuinte pagar a sua dívida em até 176 meses.

Empresas do Grupo Moreno que aderiram aos programas e contraíram novas dívidas fiscais foram notificadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) sobre a possibilidade de exclusão caso a situação não fosse regularizada. Esses alertas motivaram a apresentação de um pedido de tutela de urgência nos autos da recuperação judicial.

A decisão que garantiu a sua permanência nos parcelamentos fiscais da União foi proferida pelo juiz Antonio José Papa Junior, titular da comarca de São Simão, no interior do Estado, onde tramita o processo de conglomerado (nº 2264207-29.2019.8.26.00 00), e depois mantida pelo desembargador Ricardo Negrão, da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

“O pedido não afasta o crédito da Fazenda, apenas mantém as condições já transacionadas”, afirmou o juiz Antonio José Papa Junior, da Comarca de São Simão, ao atender o pedido do Grupo Moreno.

O magistrado acrescentou, na decisão, que deve-se levar em conta a função da recuperação judicial, de “preservação da empresa, da sua função social e o estímulo à atividade econômica” e destacou ainda que a exclusão dos programas de parcelamento - “em decorrência do elevado valor que a dívida alcançaria” - poderia, em caso de falência, ser prejudicial ao próprio Fisco, que precisaria aguardar a liquidação dos ativos das devedoras e se submeter à ordem de prioridade para o recebimento.

A PGFN recorreu ao TJ-SP. O desembargador Ricardo Negrão negou o pedido - mantendo a decisão da primeira instância - “a fim de evitar-se tumulto processual”. O desembargador entendeu que seria mais prudente aguardar a defesa das empresas e o julgamento na Câmara em vez de decidir, liminarmente, o caso.

“É preciso considerar que as empresas estão com os parcelamentos em dia”, afirma a representante do Grupo Moreno no caso, Anna Flávia de Azevedo Izelli Greco, sócia do escritório Felsberg Advogados. “A Fazenda tem outros meios de executar ou exigir os tributos que não foram pagos. A exclusão dos parcelamentos faria a dívida crescer e tornaria o processo de recuperação inviável”, acrescenta.

Especialista em direito tributário, Leo Lopes, sócio do FAS Advogados, diz existir “uma zona cinzenta” sempre que se fala em dívida tributária e recuperação judicial. O Fisco não faz parte do processo de recuperação e não se sujeita aos descontos, parcelamentos e prazo de carência negociados entre a devedora e os credores privados. Só que, segundo o advogado, também não oferece condições para que a empresa regularize a sua situação.

Existe um parcelamento especial voltado às empresas em recuperação judicial. Foi instituído em 2014 pela Lei nº 13.043. Mas nunca teve boa aceitação do mercado. Não oferece descontos, a quantidade máxima de 84 parcelas é considerada insuficiente - bem menor do que qualquer Refis, por exemplo, que geralmente previa 180 meses para a quitação das dívidas. E a adesão ainda implica a desistência de todas as discussões, administrativas e judiciais.

“O juiz que cuida do processo de recuperação, por conta disso, muitas vezes se vê diante de um embate”, diz o advogado. “O objetivo da recuperação judicial é o de, obviamente, recuperar a empresa, se ela for viável. Então, por isso, o juiz pode ter que adotar medidas que não necessariamente estão previstas na legislação tributária e que são aplicadas em âmbito federal”, acrescenta.

A PGFN informou ao **Valor** que o caso ainda está pendente de análise colegiada e “pugna pela observância da legislação que disciplina os parcelamentos”. Disse ainda que buscar evitar que a empresa em recuperação “goze, sem amparo legal, de tratamento privilegiado em relação aos demais contribuintes e concorrentes que se encontram em situação análoga”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.

LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador

COOLAIR

LINK PATROCINADO

Compre agora mocassim de couro legítimo por apenas R\$ 99,00

ZATTORE

LINK PATROCINADO

Sandália anatômica de couro legítimo ideal para quem preza o conforto

COMFORT SHOES

LINK PATROCINADO

Os países mais ricos na América Latina em 2018 - Não são os que você esperaria - Confira Brazil

EVERYDAYCHIMP

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Efeito do coronavírus sobre a economia da China afeta Petrobras

VALOR INVESTE

O 'empurrãozinho' da taxa de juros

VALOR INVESTE

Com boas perspectivas para preços do minério, I.P. Morgan recomenda compra de ações da Vale

Receita de dividendos triplica e ajuda melhora do primário

Estatais como Caixa e BNDES contribuíram com R\$ 21 bi

Por **Fabio Graner** — De Brasília

05/02/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A forte elevação na receita de dividendos contribuiu de forma importante para a melhora do resultado primário de 2019. O desempenho nessa rubrica deu um salto significativo, totalizando R\$ 20,9 bilhões, o equivalente a 0,29% do Produto Interno Bruto (PIB). O montante é quase o triplo, em porcentagem do PIB, do verificado em 2018. Mas ficou ligeiramente abaixo da média da série histórica (iniciada em 2000 e que foi de 0,31% do PIB ao ano).

Em comparação com o período sob comando do PT (2003 a 2015), no qual esse tipo de receita teve um papel maior no resultado das contas públicas, o desempenho ficou um pouco mais distante. A média anual da era Lula/Dilma foi de 0,39% do PIB (chegando ao pico de 0,8% do PIB em 2009).

Apesar de no Orçamento de 2020 estar previsto um montante de R\$ 14 bilhões em dividendos, fontes do governo avaliam que há possibilidade de esse resultado ser maior do que no ano passado. Isso porque os dois principais bancos públicos geradores de receitas, BNDES e Caixa, devem ter seus resultados turbinados por operações de venda de ativos. Além disso, a própria dinâmica da economia, que se espera que melhore neste ano, favorece um resultado melhor das empresas públicas.

No ano passado, o BNDES contribuiu com R\$ 9,5 bilhões para o resultado primário do governo. Foi mais que a soma do que foi distribuído por Caixa (R\$ 4,8 bilhões) e Banco do Brasil (R\$ 3,7 bilhões). Historicamente, o banco de fomento é o principal repassador de dividendos para o governo.

Há uma expectativa em fontes dos bancos públicos de que BNDES e Caixa tenham lucro maior neste ano. Mas essa expansão dependerá do sucesso das vendas de ações do BNDESPar e das operações de abertura de capital da Caixa Seguridade e da Caixa Cartões. Como essas duas instituições não têm acionistas minoritários, todo dividendo pago vai para a União. No BB e na Petrobras, que no ano passado elevou sua distribuição para o Tesouro a R\$ 1,3 bilhão, o montante de dividendos é compartilhado com acionistas minoritários.

Para o ex-secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda e pesquisador do Ibre/FGV, Manoel Pires, apesar da alta, os dividendos ainda ficaram pouco abaixo da média histórica. Ele salienta que é natural e justificável que, no atual quadro, o governo busque ampliar suas receitas fiscais com movimentos dessa natureza, melhorando seus resultados enquanto o processo de reformas não é concluído.

Vale lembrar que este governo aprovou a reforma da Previdência, mas ainda pretende fazer a administrativa, que pretende reduzir os gastos com pessoal, a segunda maior rubrica do orçamento primário.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, demonstra preocupação com o fato de o resultado fiscal melhorar a partir de receitas que têm maior grau de atipicidade. "Preocupa porque o resultado fiscal precisa melhorar estruturalmente, ou pelo lado da receita ou pelo lado da despesa", comentou. "Depender de dividendos é preocupante. Para se voltar a ter superávit primário em 2023, o governo precisa ter uma recuperação importante das receitas", completou.

Resultado fiscal recorrente piora, aponta economista

Descontados eventos atípicos, despesas superaram a receita em mais de R\$ 160 bilhões, contra R\$ 143 bilhões em 2018

Por Fabio Graner — De Brasília

05/02/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Manoel Pires: "Eventos não recorrentes são importantes para a política fiscal" — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O resultado primário recorrente do governo central, que desconta eventos atípicos, piorou em 2019 na comparação com 2018. A constatação é do economista Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pesquisador do Ibre/FGV. Segundo ele, as despesas (sem considerar os juros) no ano passado superaram as receitas em R\$ 160,8 bilhões (2,2% do PIB), ante 143,5 bilhões (-1,98% do PIB) em 2018.

O resultado efetivo do governo central, oficializado na semana passada pelo Tesouro Nacional, foi deficitário em R\$ 95,06 bilhões em 2019, ante saldo negativo de R\$ 120,2 bilhões no período anterior. O estudo será publicado no Observatório de Política Fiscal, que ele mantém no site do Ibre, e foi antecipado ao **Valor**.

"Essa queda [no resultado recorrente] ocorreu por causa do elevado volume de medidas atípicas em 2019. O valor das atipicidades foi estimado em R\$ 65 bilhões negativos (-0,91% do PIB) e, por ser difícil de ser repetido, deve fazer com que o resultado primário em 2020 seja menor do que o observado em 2019", disse Pires. "De todo o modo, é importante chamar a atenção para o fato de que os eventos não recorrentes são importantes para a política fiscal, em particular, nos períodos de maior dificuldade financeira como no fim dos anos 1990, início dos anos 2000 e agora desde 2016", completa.

O economista pondera que a piora desse indicador não significa que houve deterioração das contas públicas. "Uma parte da piora não decorreu de uma deterioração permanente da posição fiscal, mas do fato de o governo ter utilizado os recursos financeiros excepcionais para elevar as despesas discricionárias, o que reduziu os restos a pagar e tende a reduzir a pressão do gasto no próximo ano."

Ele ressalta que as despesas discricionárias (aquelas que o governo pode fazer livremente) ficaram R\$ 35 bilhões acima das despesas discricionárias de 2018, movimento que ficou em larga medida concentrado no fim do ano. "A expansão fiscal ocorrida no fim do ano não pode passar despercebida."

Segundo Pires, o conjunto da obra fiscal foi positivo. "Com um pouco mais de planejamento, o problema da gestão orçamentária pode ser reversível ou minorado. O que não é reversível é a capitalização da Emgepron, divulgada apenas no dia do resultado do Tesouro. Na matriz de responsabilidades, ficou feio para todo mundo", disse, referindo-se ao repasse de R\$ 7,6 bilhões para a empresa da Marinha comprar navios (corvetas).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Levante | Invista melhor em 2020. Baixe agora o relatório e saiba qual é o melhor fundo imobiliário para 2020.

LEVANTE IDEIAS

LINK PATROCINADO

Ray-Ban compre 1 e leve 2. Solicite cupom

ÓTICAS LUXO

LINK PATROCINADO